



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638714 - MG (2021/0001791-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RODRIGO PEREIRA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : RODRIGO PEREIRA DA SILVA - MG103157
PLATAO LEONEL DE SOUZA - MG155495
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CARLOS ALBERTO BERNARDI JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : ARMANTE ALBERTO DE FIGUEIREDO JUNIOR
CORRÉU : ADELINO RODRIGUES SOARES
CORRÉU : HUGO ALEXANDRE RODRIGUES CESAR
CORRÉU : CARLA CRISTINA BERNARDI
CORRÉU : MATHEUS ALBERTO FERREIRA FIGUEIREDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS ALBERTO BERNARDI JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Processo n. 1.0000.20.603674-1/000).

O paciente foi denunciado e preso preventivamente pela suposta prática do delitos previstos no art. 288 do Código Penal, art. 1º, inciso II, por 6 vezes, c/c art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal, e art. 1º da Lei n. 9.613/98.

O impetrante alega que "[...] o argumento central para a manutenção da prisão preventiva, no caso dos autos seria justamente a gravidade da conduta plasmada na sonegação de valores consideráveis a título de ICMS, no entanto, destaque-se que, medidas cautelares diversas, principalmente considerando que as empresas outrora existentes estão todas baixadas, seriam perfeitamente idôneas para substituir o aprisionamento preventivo" (fl. 8).

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva em razão da ausência do *periculum libertatis*, visto que os fatos averiguados ocorreram há vários anos. Do mesmo modo, não haveria possibilidade de reiteração delitiva, uma vez que as empresas nas quais se fazia a sonegação do ICMS estão inaptas ou baixadas.

Afirma que, “ao decretar a prisão preventiva em primeira instância, o ilustre magistrado argumentou pela existência de outros inquéritos aos quais o paciente também

responderia e que indicariam reiteração delitiva. No entanto, além de se tratarem de fatos antigos, e também sem contemporaneidade, foi determinado o arquivamento dos mesmos passados estes anos, por ausência de tipicidade das condutas investigadas” (fl. 13).

Ressalta, ainda, que (fls. 14-15):

Outro óbice que pode ocorrer na análise da presente ordem de habeas corpus cinge-se ao fato de que já existe uma ordem de habeas corpus pendente perante este Superior Tribunal de Justiça da relatoria do Eminentíssimo Ministro João Otávio Noronha, da 5ª Turma, sob o n.º HC 632532/MG (2020/0331059-1).

[...]

Esta decisão, inclusive, foi proferida no plantão forense, ou seja, a presente impetração é de decisão diversa E NÃO IMPLICA DE FORMA ALGUMA, EM PEDIDO PARA O QUE PLANTONISTA MODIFIQUE DECISÃO DE OUTRO MINISTRO DE MESMA HIERARQUIA.

NA VERDADE, NA BOA TÉCNICA PROCESSUAL, COMO A PRESENTE IMPETRAÇÃO TEM O MESMO OBJETO DA ANTERIOR, EMBORA, ATAQUE DECISÃO DIVERSA, CASO SEJA O PRESENTE PLEITO ACATADO, SERIA O CASO DE COMUNICAÇÃO E PERCA DO OBJETO DA IMPETRAÇÃO ANTERIOR.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de que seja deferido ao paciente o direito de responder em liberdade, revogando-se a sua prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, conforme previsto no art. 319 do Código de Processo Penal. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente